



Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-  
SEDS/PR Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC Rua Jacy  
Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -  
Palácio das Araucárias  
CEP 80530-915  
Curitiba - Paraná



**Assembleia Ordinária**  
**Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**  
**COEDE/PR 11/05/2015**

**Assembléia Ordinária. Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência- COEDE. 11/05/2015.** Aos onze dias do mês de maio do ano de 2015, às 8h40 min. em primeira convocação, na sala de reuniões 4ªA da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), sita no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início à reunião ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE, Presidido pela Conselheira Flávia Bandeira Cordeiro SEDS). Mediante auto-apresentação, registou-se a presença dos seguintes Conselheiros: - Gilberto Yoshikazu Ozawa (Instituto Paranaense de Cegos – IPC), Ricardo Vilarinho da Costa (Universidade Livre para Eficiência Humana- (UNILEHU), Cristiane Bara Mattei P. De Carvalho (Asso. De Pais e Amigos dos Surdos – APAS), Samanta Krevoruczka (SEDS), Raquel Kovac Bampi (SESA), Claudia Camargo Saldanha (representante da SEED), Flávia Bandeira Cordeiro (SEDS), Mauro Vincenzo Claudio Nardini (ADEP – e Assessoria Especial da Política) Suely Kintop Cheechelski (Instituto de Habilitação e Orientação ao Excepcional do Paraná – IHOEPAR), Marisa Amada Pires Sella (Assoc. Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção – AMCIP), Marcos Yuiti Kametani (SEPL), totalizando 11 Conselheiros. Na sua função, a Conselheira Presidente Flávia B. Cordeiro (SEDS) procedeu a abertura do evento, saudando todos os presentes, e aproveitando a oportunidade para registrar a visita do Sr. Joaquim Teixeira Batista, Presidente do Conselho Municipal de Sarandi. **°Apreciação da Pauta – APROVADA °Apreciação da ATA- APROVADA.** Foi dada a palavra à Secretária Executiva Helena N. Gimenez, que informou não ter recebido nenhuma justificativa de ausência. Como documento recebido, registrou apenas o ofício procedente de Sarandi. **°Indicação da Vice-Presidência do COEDE.** Os representantes da Sociedade Civil acharam por bem aguardar a chegada do Conselheiro Rafael (Pequeno Cotolengo), para realizarem uma rápida reunião, objetivando apontar essa escolha. **°Passe livre- Conselho Municipal de Sarandai.** Nessa oportunidade, o visitante Joaquim Teixeira Batista apresentou-se como Presidente do Conselho Municipal daquele Município e Justificou a sua visita ao COEDE. Desejoso de participar do Colegiado de uma forma mais efetiva, questionou o motivo pelo qual o seu Município ficou de fora na representação estadual, mesmo sendo um grupo atuante. A Presidente Flávia julgou oportuno esclarecer a questão, afirmando que o processo eleitoral da Sociedade Civil se deu ao final de 2013, perfeitamente dentro dos trâmites legais e percorrendo todas as etapas, sob a supervisão do Ministério Público. Sabe-se que não houve a inscrição desse segmento, porém o processo se repetirá no início do próximo ano. Até lá, informou ao Conselheiro que poderá participar de todas as reuniões do COEDE, como ouvinte, devendo ficar atento à expedição do próximo edital de eleição. Contribuindo, a Secretária Executiva Helena N. Gimenez relatou ser importante constar que o COEDE é um espaço de deliberação da Política e aberto também para outros Conselhos. Prontificou-se a encaminhar a pauta do COEDE para os Escritórios Regionais, visando uma melhor divulgação dessas convocações. A Presidente Flávia aprovou essa sugestão, informando que o calendário anual referente as reuniões do Conselho, estará disponível no site. Nesse momento, o Conselheiro Ricardo V. Da Costa (UNILEHU) realçou que participa de reuniões desde 2011, quando foram iniciadas as discussões sobre o Estatuto. Sabe-se que o Conselheiro tem poder do voto, porém as assembleias dos Colegiados são espaços de participação da sociedade. Valorizando a sua posição, o visitante Joaquim disse desejar apenas que o Conselho Municipal de Sarandi fosse lembrado, pois exerce a Presidência há 5 anos e são atuantes. Aproveitou para entregar o ofício da Associação Maringaense, do qual foi portador. Na sequência, abordou a questão do passo livre para o deficiente, informando que a respectiva carteirinha deve ter no seu verso, o nome de três pessoas responsáveis. Segundo ele, é uma exigência absurda pois nem todos os deficientes tem esse número de pessoas a sua disposição o que os impede de viajar. Solicitou que o Conselho auxilie, para que seja abolido o termo responsável e transformado em acompanhante. Ao se tratar de uma criança, aí sim deverá ser usado responsável. Atenta às colocações, a Presidente Flávia assegurou que esse assunto já foi submetido a algumas discussões. Apontou que viagens são suscetíveis a acidentes e na Lei está escrito a palavra responsável no lugar de acompanhante. No que se refere à Política da criança e do adolescente, apontou que uma criança não pode deixar de ir à escola, para acompanhar um deficiente. Já um deficiente intelectual necessita de um acompanhante adulto. A representante do Núcleo Jurídico da SEDS, Dra. Danielle Vieira apontou que atua nessa área há mais de 10 anos e todas essas questões esbarram no ECA, que proíbe a utilização de crianças e adolescentes nessa função. **°Registrada a**

64 **chegada do Conselheiro Rafael Cardeal Oganauskas, representante do Pequeno Cotelengo** °O  
65 Conselheiro Gilberto (IPC), considerou que o mau uso dessas carteirinhas talvez tenha motivado a  
66 alteração, pois foi informado que algumas pessoas viajavam semanalmente a Foz do Iguaçu.  
67 **°Registrada a chegada do Conselheiro João Henrique Arcoverde, representante da Secretária**  
68 **de Justiça e Direitos Humanos.** Após a integração do grupo de Conselheiros da Sociedade Civil, o  
69 plenário foi informado que sob consenso, a escolha da Vice- Presidência do COEDE recaiu sobre o nome  
70 da Conselheira Marisa Amada Pires Sella, representante da Assoc. Mantenedora do Centro Integrado de  
71 Prevenção – AMCIP. **°Encaminhamentos sobre o Banco de Dados para o marco situacional do**  
72 **Plano Estadual da Pessoa com Deficiência.** Explicação a cargo da Técnica Tamara, da Assessoria  
73 Técnica de Planejamento e Gestão da Informação; tendo em vista haverem subsidiado alguns Planos,  
74 ocorreu a solicitação para que fosse elaborado o perfil da pessoa com deficiência, com base nos dados do  
75 Cadastro único -BPC. O tema foi detalhado através de inúmeros gráficos expostos na tela, onde os  
76 Conselheiros foram informados sobre a quantidade de pessoas com algum tipo de deficiência. Visando  
77 obter dados fidedignos, alguns Conselheiros sugeriram acessar a base de dados do Business Intelligence  
78 ou migrá-lo para a SEDS que congrega 22 Escritórios Regionais. Respondendo a técnica Tamara (SEDS)  
79 esclareceu que o BI é uma plataforma de integração, já que puxa dados do CENSO e CAD único. É  
80 alimentado baseado em dados oficiais e não há possibilidade de ser criado um novo Banco de Dados,  
81 devido o volume de recursos, tempo, etc. No Brasil, foram encontradas 45 milhões de pessoas que  
82 apresentam alguma deficiência. Representante da SESA, a Conselheira Raquel K. Bampi pontuou não  
83 conhecer o formulário do IBGE e questionou se não estaria sendo desconsiderada alguma dificuldade  
84 importante, a exemplo da motora. Segundo a técnica Tamara, é possível efetuar uma análise somente do  
85 perfil, em separado e por grau. Dessa forma, uma outra análise de números e tipos de deficiências a nível  
86 de Paraná será elaborada, objetivando dar sequência ao Plano Estadual, com os devidos cruzamentos. No  
87 seu papel, a Presidente Flávia B. Cordeiro (SEDS) procedeu os agradecimentos de praxe, sugerindo  
88 colocar no Plano Estadual todas essas dificuldades, visando subsidiar o diálogo com o IBGE.  
89 **°Protocolado nº 13.555.710-2 – solicitação de parecer pelo Ministério Público.** Foi feita a  
90 narrativa sobre jovem que após sofrer um acidente, sofre de himeplegia. Anteriormente matriculado no  
91 1º ano do Ensino Médio, foi morar com o pai que busca todos os atendimentos em conjunto com a  
92 escola, em sala com recursos, multifuncionais. A sua exigência é que seja num só local, porém o jovem  
93 tem sido atendido em locais mais próximos de Campo Magro. A representante da Secretaria de Estado da  
94 Educação, Claudia C. Saldanha, informou que, dentro do próprio processo, está posto que foi feito o  
95 possível para se chegar a um consenso. O município colocou-se à disposição com transporte, porém o pai  
96 não aceitou a colocação. Diante do impasse, Foi sugerido pela Conselheira Samanta (SEDS) que após  
97 constituídas as Comissões do COEDE, esse protocolado possa ser encaminhado para o grupo específico,  
98 objetivando ter um respaldo. Após algumas diversas opiniões do Plenário, foi acatada a proposta de se  
99 fazer esse encaminhamento para a Comissão competente, para a devida análise. Vale dizer que um  
100 panorama já havia sido repassado ao Ministério Público, que reencaminhou ao Conselho. Assim, é  
101 importante que se faça uma leitura detalhada. No entanto, já que se pede caráter de urgência, foi  
102 sugerido remeter ao MP um expediente, comunicando que o assunto será melhor analisado pela  
103 Comissão competente. Por outro lado, a Câmara procede novo detalhamento, e até em 30 dias haverá  
104 uma resposta. **-APROVADO.** Para finalizar, a Secretária Executiva repassou ao plenário, o caminhar desse  
105 processo: - chegada no setor em 27/03, em seguida encaminhamento para a Coordenação, após o  
106 Conselho ao 11/05. **°Composição das Comissões Permanentes e Temporárias do COEDE/PR.**  
107 **°Permanentes – (Quatro) °Políticas Básicas-** Conselheiros Claudia (SEED) Raquel (SESA), Rafael  
108 (Pequeno Cotelengo), Gilberto (IPC). **°Capacitação -** Conselheiros Marcos (SEPL), Suely (IHOEPAR),  
109 Marisa (AMCIP), Flávia (SEDS). **°Garantia de direitos-** Conselheiros: Cristiane (APAS), Samanta (SEDS),  
110 Mauro (ADFP), João Henrique (SEJU). A quarta Comissão será constituída (Orçamento), quando o fundo  
111 for criado. **°Comissões Temporárias °Conferência – (Já composta) °Do Plano Estadual – Conselheiros:**  
112 Patrícia Mariana, Adriane – Flávia e Rafael **°Protocolado nº 13.596.412-3 – Implantação da Central**  
113 **de Libras.** Comprometido, nesse momento usou da palavra o Conselheiro Mauro V. Claudio Nardini  
114 (Assessor Especial da SEDS) e representante da ADFP, relatando ter havido o recebimento de relatório,  
115 sobre o andamento da implantação da Central de Libras. A partir daí, foram retomadas as conversações  
116 com o Município de Curitiba. Em reunião realizada com a Sra. Secretária Mº Teresa Uille Gomes (SEJU),  
117 algumas dificuldades surgiram, no que se refere a recursos e espaços dentro da estrutura do Estado. Na  
118 sequência, houve a manifestação do Conselho Municipal de Cascavel. Hoje vislumbra-se a possibilidade  
119 de apostar em recursos de lá, o Estado ficará responsável pelos Recursos Humanos ( 3 intérpretes e um  
120 motorista) e o Município arcará com a estrutura. Ao se dar os encaminhamentos futuros, sabe-se que em  
121 2016, pretende-se ter mais uma central. **°Demandas e prazos do Estatuto dos Direitos de Pessoa**  
122 **com deficiência.** 1) Realização dos testes de acuidade visual dentro do ensino médio. Hoje 948 mil  
123 educandos estão realizando o teste Visual, já aqueles referentes à triagem auditiva, deverão ser feitos  
124 por fonoaudiólogos. Com 2.160 escolas estaduais, a proposta do Estatuto é que se faça em ambiente  
125 escolar. Numa contribuição, a Conselheira Raquel Bampi (SESA) declarou que todos os dados foram  
126 trazidos, chegando a uma realidade junto com a SEED. O conselheiro Rafael Cardeal Oganauskas

127 (Pequeno Cotoleto) sugeriu a contratação de entidades que possuam profissionais e os equipamento  
128 mínimos, para que elas possam fazer estes trabalhos nas escolas. Esta contratação pode ser  
129 regionalizada, cada entidade atendendo a uma região específica do estado, como hoje temos a AMCIP  
130 com profissionais e equipamentos que poderiam realizar este trabalho, se contratados para tal. Este  
131 sistema funcionaria de forma semelhante ao sistema que hoje existe para que o teste do pezinho seja  
132 realizado, com a diferença de que o profissional iria até o local para o exame. Segundo a Presidente  
133 Flávia (SEDS), tal assunto poderia ser discutido na Comissão de Políticas Básicas. Questões afetas  
134 fizeram a Conselheira Marisa (AMCIP) apontar, ser possível aproveitar as instituições que atendem e  
135 colocar em prática. Assim foi com o teste do pezinho, que hoje abrange todo o Estado. Externou Claudia  
136 Saldanha (SEED), que será elaborado um levantamento, de quantas escolas já realizam esse exames a  
137 nível de Estado. °Próximo artigo do Estatuto – Art. 53, referente ao mercado de trabalho. Foi considerado  
138 que nas escolas, existe um público significativo, fora do mercado de trabalho. Comentários surgiram no  
139 plenário sobre a resistência existente em algumas empresas e o preconceito na Sociedade. ° O Assessor  
140 Especial dessa Política na SEDS, Cons. Mauro Nardini (ADFP) anunciou o art.63 do Estatuto, referente à  
141 redução da Jornada de trabalho (Resolução conjunta entre a Secretaria do Trabalho e Administração, a  
142 ser regulamentada). °Art.88- regulamentação do passe livre estadual. °Criação do Comitê de  
143 Acessibilidade do Patrimônio Histórico – já criado dentro da Secretaria da Cultura. °Elaboração do Plano  
144 Estadual – com prazo de 120 dias, a partir da sanção da Lei. °Implementar correspondências para todas  
145 as Secretarias, visando determinar o seu ponto focal de atendimento. °Criação do Comitê Intersecretarial  
146 para viabilizar as demandas do Estatuto no Estado. °Criação do Fundo Estadual (minuta do ante projeto  
147 já encaminhado) Na sua vez, o Conselheiro Ricardo Vilarinho da Costa comentou ter participado da  
148 batalha, sobre a obtenção de equipamentos de cateterismo para os lesionados medulares. A ação foi  
149 vitoriosa em Curitiba, porém no interior ainda se encontram casos de óbitos de lesionados, devido a  
150 questões renais. Abrindo um espaço para nova discussão o Conselheiro Ricardo abordou o Turismo  
151 Acessível, relatando que lamentavelmente o Parque Nacional de Foz do Iguaçu está fora da legislação.  
152 Como 1º medida, informou que tal assunto deverá ser levado para a Comissão Específica e  
153 posteriormente encaminhará um relatório para o Ministério Público. (Com vídeo denunciando a falta de  
154 acesso e as condições precárias das trilhas. Tendo sido vencida a pauta do dia, a Conselheira Flavia B.  
155 Cordeiro (SEDS) agradeceu a presença e o comprometimento de todos, solicitando a permanência no  
156 recinto dos componentes das Comissões Organizadora da Conferência. A presente Ata foi gravada e  
157 redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa, servidora da SEDS, digitada por Reinaldo Minosso Neto,  
158 sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.

#### ASSINATURAS

Flavia Bandeira Cordeiro	
João Henrique Arco Verde	
Marisa Amada Pires Sella	
Suely Kintop Chechelski	
Ricardo Vilarinho da Costa	
Samanta Krevoruczka	
Humberto Rodrigues de Lima	
Cristianne B.Mattei Pacheco de Carvalho	
Marcos Yuiti Kametani	
Gilberto Yoshikazu Ozawa	
Rafael Cardeal Oganauskas	
Raquel Kovac Bampi	

162